

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1344550 - RS**  
**(2018/0204167-0)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA**  
**MÉDICA LTDA**  
**ADVOGADO : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648**  
**AGRAVADO : ERNESTINA BRANDINA PEREIRA DE MATOS**  
**AGRAVADO : SILVIA REJANE DE MATOS**  
**ADVOGADOS : GILBERTO DE ESPÍNDOLA - RS029511**  
**FABIANE APARECIDA CESAR DE ESPÍNDOLA -**  
**RS043099**  
**SILVIA REJANE DE MATOS - RS089379**  
**AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC**  
**ADVOGADOS : FABIANA ESPOSITO - RS035075B**  
**JULIO ALBERTO WITZLER DIAZ - RS062899**  
**RAFAEL LANSING RAZEIRA E OUTRO(S) -**  
**RS078849**

### EMENTA

AGRAVO INTERNO. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. NÃO COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. ART. 1003. § 6º, CPC/2015. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Segundo o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do AgInt no AREsp n. 957.821/MS, (julgado em 20/11/2017), nos recursos protocolados na vigência do novo Código de Processo Civil, para fins de aferição de tempestividade, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso, nos termos da disposição expressa contida no § 6º do art. 1.003 do CPC/2015.

2. A interpretação literal da norma expressa no § 6º do art. 1.003 do CPC/2015, de caráter especial, sobrepõe-se a qualquer interpretação mais ampla que se possa conferir às disposições de âmbito geral insertas nos arts. 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, do citado diploma legal.

3. Agravo interno não provido.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr.  
Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Luis Felipe Salomão  
Relator

